

Todas as partes

#54. ANO 12 . OUTUBRO DE 2009



Areeiros

EXTRAÇÃO DE AREIA PODE TRAZER IMPACTOS

5 Navegação Há barreiras para essa meta

Incineração 16 Resíduo hospitalar sem destino

Gestão integrada 18 União entre meio ambiente e recursos hídricos

> Congado e Moçambique 20 Dentro e fora do palco?



Informativo do Projeto Manuelzão UFMG e de suas parcerias institucionais e sociais pela revitalização da bacia hidrográfica do Rio das Velhas.

Coordenação Geral: Marcus Vinícius Polignano mupoli@medicina.ufmg.br Idealizador: Apolo Heringer Lisboa Meta 2010 e NuVelhas: Thomaz da Matta Machado Biomonitoramento: Marcos Callisto, Carlos Bernardo Mascarenhas e Paulo Pompeu Recuperação vegetal: Maria

Rita Muzzi Mobilização social e educação ambiental: Marcus Polignano, Rogério Sepúlveda e Tarcísio Pinheiro Comunicação Social: Elton

Antunes Publicações: Eugênio Goulart e Letícia Malloy Centro de Informação e Documentação: Carolina Saliba

Redação e Edição Elton Antunes (MTb 4415 DRT/MG), Anna Carolina Aguiar, Ártemis Brant, Filipe Motta, Gabriella Hauber, Jessica Soares, Pâmilla Villas Boas, Stéphanie Bollman, Thais Marinho

Diagramação e Ilustração Bruna Araújo, Eduardo Felippe, Rolf Elias Foto capa: Fábio Megale Projeto gráfico: Atelier de Publicidade do curso de Comunicação Social da UFMG, sob a coordenação de Bruno Martins. Equipe: Délio Faleiro, Filipe Alonso, Renata Romeiro e Stephanie Boaventura

É permitida a reprodução de matérias e artigos, desde que citados a fonte e o autor. Os artigos assinados não exprimem, necessariamente, a opinião dos editores da revista e do Projeto Manuelzão.

Impressão: Esdeva

Universidade Federal de Minas Gerais Departamento de Medicina Preventiva e Social Internato em Saúde Coletiva Avenida Alfredo Balena, 190, 8º andar - sl. 813. BH - MG. CEP: 30130-100 (31) 3409-9818 www.manuelzao.ufmg.br

PARCERIAS E PATROCÍNIO







COLABORAÇÃO



















51 municípios da Bacia do Rio das Velhas

Comitê da Bacia do Rio São Francisco

Pode juntar?

Caro leitor,

Espalhar, reunir, conectar. Quem já teve um daqueles brinquedos de montar sabe que cada uma das partes é única e que, se perdida, pode fazer falta. Sabe também que, juntas, formam uma peça completamente diferente. A Mina Apolo, por exemplo, na Serra da Gandarela, é um empreendimento só, mas que vem sendo dividido em vários pedaços para conseguir o licenciamento mais facilmente (p.8). E a gestão dos sistemas de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente? Elas estão separadas, mas um processo de integração pode garantir uma melhor qualidade ambiental (p.18).

Partes que se juntaram para formar uma peça melhor foram os vários órgãos que atuam na sub-bacia do Ribeirão da Mata. Eles criaram um banco de dados único e propõem ações de gestão a longo prazo (p.10). E para que a navegação no Rio das Velhas seja possível, falta ainda o encaixe de uma peça, a batimetria (p.5).

Um planejamento que, se interligado, ajuda a amenizar as alterações climáticas é o das cidades (p.12). Já os areeiros podem, em parte, contribuir para o desassoreamento dos cursos d'água. Mas podem também impactar a fauna e a flora ao redor (p.6).

Parte dos resíduos hospitalares de Belo Horizonte já não tem mais para onde ir (p.16). Já o Congado e o Moçambique estão por todas as partes, até em cima do palco (p.20). Esperamos que a revista esteja boa por completo. Uma ótima leitura para você!

"Até o final do ano, vamos fazer uma fiscalização setorial em todos os municípios da Meta 2010"

JOÃO CARLOS MONTEIRO, GERENTE DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM), EM ENTREVISTA SOBRE EXTRAÇÃO DE AREIA

> "A responsabilidade da gestão, destinação final e segregação do lixo é do gerador. O órgão ambiental não tem qualquer responsabilidade sobre o que vai fazer com o resíduo. A responsabilidade do órgão é saber se ele está dispondo corretamente."

TÂNIA DE SOUZA, ANALISTA DE MEIO AMBIENTE DA FEAM, EM ENTREVISTA SOBRE A DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS HOSPITALARES

Fonte de vida

Destruir algo que nos completa A falta dela pode nos matar A água é algo inexplicável Que com um pouco dela Uma árvore pode brotar

A sabedoria que temos É a certeza de que um dia A água irá faltar Derrubando árvores, poluindo rios Não temos o direito de reclamar

Somos hipócritas ao dizer Que não temos a solução Pois somos competentes o bastante Para salvar a fonte de vida em nossa nação

(...)

A água do rio é doce Só até chegar ao mar Pois quer queira ou não queira Ela sempre há de chegar E ela vem petulante Certo de que irá adoçar Com sua mansidão de longe Toda a violência do mar

A água também nasce Pequenina Nasce gota de orvalho Ou de neblina

(...)

Enfim, somos filhos da natureza Criados entre o céu e o mar Vamos preservar nossa água Para que no futuro possamos comemorar

Jéssica de Souza, Ganhadora do I Concurso de Poesia da Escola Estadual Coronel Diniz Couto, de Santana do Pirapama

Erramos

Diferente do que aparece na matéria "Água tem preço"(p.8), da edição 53, 1 litro de água por segundo é igual a 86.400 litros/dia e não 806.400 litros/dia.



O Projeto Manuelzão recebe cartas, músicas, poesias e mensagens eletrônicas de vários colaboradores. Nesta coluna, você confere trechos de algumas dessas correspondências. Envie também sua contribuição. Participe da nossa revista! revista@manuelzao.ufmg.br

Licenciamento ou desenvolvimento econômico?

MARCUS VINICIUS POLIGNANO Coordenador Geral do Projeto Manuelzão

Frequentemente, vemos declarações e reportagens afirmando que o desenvolvimento econômico está sendo impedido pelo licenciamento ambiental. Esta é uma questão que merece ser refletida. É preciso entender que não dá para preservar e ao mesmo tempo impor processos de explorações ambientais a "ferro e fogo".

O licenciamento surgiu com a Lei 6.938/81, que procurou ordenar o impacto do processo produtivo dentro da concepção de um modelo de desenvolvimento sustentável, incluindo a questão ambiental no custo-benefício dos empreendimentos.

Sabemos das consequências que processos produtivos mal conduzidos podem trazer para a sociedade e o ambiente. A Bacia do Rio das Velhas vem sofrendo há mais de 300 anos um processo contínuo de exploração e degradação, provocado por diferentes ciclos econômicos de Minas Gerais, como o ciclo do ouro nas regiões de Ouro Preto, Sabará, Caeté, Raposos e Nova Lima. Nem por isso estas cidades se tornaram ricas ou as suas populações, exemplos de desenvolvimento humano. A maioria delas se tornou decadente e muitas ainda convivem com passivos ambientais e sociais enormes.

Não é verdadeiro afirmar que a preocupação básica de todos os empreendedores seja gerar empregos e contribuir para o desenvolvimento social e ambiental do local. Na maioria das vezes, o objetivo é extrair da natureza o necessário para obter o lucro com o mínimo de concessões e condicionantes ambientais possíveis, para que não se comprometa o lucro.

Se o lucro é privatizado, o reparo do dano ambiental tem sido socializado. Exemplo disso é o recurso que o governo do estado vem disponibilizando para a revitalização do Rio das Velhas, algo perto de um bilhão de reais. Dinheiro público pago por todos.

Nem tudo que existe na natureza tem que ser explorado. Imagine o que seria de Belo Ho-

rizonte sem a Serra do Curral, e se o Parque das Mangabeiras tivesse sido ocupado por empreendimentos imobiliários?

Não podemos permitir que a APA Sul – sentido Nova Lima – seja toda loteada e apropriada para a criação de condomínios e que as serras e matas da região sejam exploradas pelas mineradoras. É nesta região que se encontram os principais mananciais do Rio das Velhas, que abastecem a Região Metropolitana de Belo Horizonte. E por que as maravilhas naturais da APA Sul têm que ser apropriadas por particulares e não pela sociedade em geral?

Está previsto o licenciamento de uma série de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) na Bacia do Rio das Velhas, todas em áreas preservadas, como na região do Rio Cipó-Paraúna. Estes empreendimentos são analisados isoladamente, sem uma avaliação do efeito sinérgico e sistêmico para toda a bacia. Vamos transformar todas as nossas quedas da água em PCHs, comprometendo a vida dos ecossistemas aquáticos, das nossas belezas naturais e do Rio das Velhas? E o que dizer da proposta de fazer uma grande barragem na região de Santo Hipólito, comprometendo a vitalidade de todo o Rio para sustentar a transposição do São Francisco?

O grande esforço de muitos empreendedores é obter o instrumento legal – licenciamento – para, na prática, executá-lo ao seu modo. Temos centenas de exemplos destes fatos na Bacia do Rio das Velhas, o que provoca o ajuizamento de muitas ações junto ao Ministério Público.

O que está verdadeiramente em questão é o modelo de desenvolvimento que querem impor e o que resta de natureza a ser preservada. É necessário que a sociedade faça as suas escolhas. Se no passado as coisas eram impostas, no momento atual é fundamental o diálogo como caminho para a superação. Temos que integrar os instrumentos de licenciamento ambiental com a gestão das águas. •

À deriva

O QUE FALTA FAZER PARA QUE SE POSSA NAVEGAR NO RIO DAS VELHAS

STÉPHANIE BOLLMANN
Estudante de Comunicação Social da UFMG

Quase todo mundo já conhece de cor e salteado a Meta 2010. Navegar, pescar e nadar na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O que pouca gente conhece são os detalhes da primeira parte da Meta, a de navegar. A proposta é estabelecer uma rota turística nos cerca de 115 quilômetros entre Sabará e a fazenda Jaguara, em Matozinhos, para que as pessoas olhem o Velhas de um outro ponto de vista. "Para o Rio começar a fazer parte da vida das pessoas, que elas tenham uma relação de afeto com o Rio", afirma um dos coordenadores do Projeto Manuelzão, Thomaz da Matta Machado.

Era para a navegação ser umas das partes mais fáceis da Meta. Se para nadar e garantir a volta do peixe é preciso que se tenha uma água de boa qualidade, o mesmo não acontece para a navegação. A qualidade da água pode não ser lá das melhores que, ainda assim, é possível navegar. Mas não dá para pensar na navegação sem antes pensar na batimetria, o estudo que mede a profundidade dos corpos hídricos.

A PEDRA NO CAMINHO

Só com o estudo batimétrico é que se pode saber onde o rio está assoreado e não permite a passagem de barcos de maior porte. Saber se serão necessárias intervenções no curso d'água e que intervenções são essas. E é aí que está o problema. Em 2008, a Secretaria de Transportes de Minas Gerais (Setop) abriu licitação, mas não apareceu uma empresa que topasse fazer o estudo. Aliás, até apareceu, mas ela não tinha a documentação exigida pela Secretaria. Por que não apareceram outras empresas? Para o gestor do Programa para o Desenvolvimento do Transporte Hidroviário em Minas, Décio Nazareth, o motivo pode estar ligado ao fato de Minas não ter tradição em transporte hidroviário. Thomaz também não soube responder à pergunta. "Não sei se o preço que está muito baixo, mas não vem ninguém", afirma.

Segundo o engenheiro de recursos hídricos do Serviço de Meio Ambiente do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear, Lécio Salim, a batimetria não é um estudo muito difícil de se fazer. É necessária a utilização de um barco e do ecobatímetro. O aparelho emite raios ultrassônicos que vão até o fundo do rio e voltam. Por meio de uma fórmula, é possível calcular a distância percorrida pelo raio e, a partir daí, estabelecer a profundidade do rio.

Até já fizeram uma batimetria no Velhas, mas não a que é exigida para se liberar a navegação. É que existem dois tipos, a longitudinal e a transversal. A primeira é feita com um barco que desce paralelamente ao rio. Desse jeito, o estudo é feito em apenas uma seção do curso d'água. Na segunda, o barco vai descendo perpendicularmente, indo de uma margem a outra, o que garante que a análise da profundidade seja mais completa e cubra grande parte do rio (ver ilustração). "Você não pode passar por uma linha só e falar que ela é representativa do todo, senão você incorre em erro", explica Lécio Salim.

A batimetria exigida pela marinha para que a navegação seja liberada é a transversal. A que foi feita em 2006 era a longitudinal, insuficiente para definir se a navegação é ou não viável e quais intervenções são necessárias para que ela se torne possível. Mas através dela já deu para perceber que um dos maiores problemas é mesmo o assoreamento. O que leva a uma outra questão: mesmo que sejam feitos canais e que o rio tenha seu leito aprofundado, permitindo a passagem de barcos, o assoreamento pode voltar. Daí a necessidade de se fazer a batimetria periodicamente. Mas se já está difícil fazer uma vez...

A previsão é que a Setop abra nova licitação ainda no mês de outubro. Será que dessa vez aparecerá alguma empresa disposta a fazer o trabalho?



O primeiro barco desce paralelamente às margens e mede a profundidade de apenas uma seção do rio. É a batimetria longitudinal. Já o segundo barco realiza um estudo mais completo com a batimetria transversal, que vai de uma margem à outra enquanto desce o rio

Quanto mais tira, maior fica

EXTRAÇÃO IRREGULAR DE AREIA NO RIO ACENTUA A DEGRADAÇÃO

ANNA CAROLINA AGUIAR E VICTOR VIEIRA Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Duas viaturas à beira do rio. Vários policiais descem nervosos. Não dá tempo de explicar nada, eles também não querem saber. As pessoas são revistadas. O sol queima o rosto. Duas horas na mira da metralhadora.

- Aconteceu algum crime aqui? – a polícia é questionada.

A pergunta fica no ar.

lhe à sua volta. Provavelmente você está rodeado por areia, mesmo que não esteja em um parquinho infantil. Nas paredes, no teto, no chão. O material é amplamente utilizado na construção civil. De onde vem essa areia? "Normalmente, a areia está depositada tanto na margem do rio quanto no fundo, em sua calha", explica a geóloga do Núcleo Transdisciplinar e Transinstitucional pela Revitalização da Bacia do Rio das Velhas, Maria Giovana Parizzi. As águas do rio estão carregadas de sedimentos, que podem ser areia, argila, pedaços de rocha. Tudo que ela limpa do solo, leva para o rio. Quando a água perde a velocidade, não aguenta mais carregar esses sedimentos e eles são depositados.

Na Bacia do Velhas, os principais pontos de retirada de areia estão em Ribeirão das Neves, Pedro Leopoldo, Vespasiano e São José da Lapa, todos na Sub-bacia do Ribeirão da Mata. Quando a areia está às margens do rio, é só escavar. Outra forma é retirar areia do leito. Nesse caso, os extratores utilizam dragas, que sugam areia e água, levando tudo para fora. Lá, são formadas pilhas de areia e a água escorre, podendo voltar para o rio. Daí é só encher os caminhões e vender. Segundo Gleison Soares, que já trabalhou como tirador de areia em Raposos, esse pode ser um serviço temporário, enquanto as pessoas procuram emprego fixo.

- Delegacia de polícia!?
- Alô! Queria informar que tem um bando de gente suspeita perto do rio.
 - Onde?
 - Estão se metendo lá no areal.
 - Estaremos lá em cinco minutos.

O telefone fica mudo.

Os principais problemas da extração são impactos ambientais, uso incorreto de equipamentos e falta de documentação. A Operação Areeiros encontrou tudo isso. Ela foi a última grande fiscalização da retirada de areia na Sub-bacia do Ribeirão da Mata, em julho deste ano. Na lista de apreensões da Polícia Militar de Meio Ambiente estão desde dragas, caminhões, e motores de sucção até pás, enxada e alavanca, além de 114 mil reais em multas. A principal irregularidade encontrada foi o não cumprimento de condicionantes pelos empreendedores.

Mas a polícia não dá conta de fiscalizar sozinha. Para isso, também atuam outros órgãos do Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema). As ações maiores são coordenadas pelo Comitê Gestor de Fiscalização Ambiental Integrada (CGFAI). Também são atendidas denúncias e demandas do Ministério Público. As prefeituras participam pouco. Segundo o secretário-executivo do CGFAI, Paulo Teodoro, há interesse delas em manter os empreendimentos que atuam em seus municípios.

E existem diferenças na fiscalização de pequenos e grandes extratores? O gerente de monitoramento e fiscalização da Fundação Estadual de Meio Ambiente, João Carlos Monteiro, afirma que não. Entretanto, ele acredita que muitos empreendedores têm usado de má fé. Eles calculam para menos a quantidade de areia extraída e se aproveitam do controle menos rígido que existe para as atividades de menor porte. A diferença acontece depois que a fiscalização vai embora. "O pequeno acata a suspensão de atividades porque tem medo. O grande tem uma infra-estrutura montada e um mercado demandante. Normalmente, buscam a justiça para continuar funcionando", explica Paulo.

Municípios da Sub-bacia do Ribeirão da Mata concentram atividades de areeiros





Na última fiscalização os equipamentos utilizados na extração irregular de areia foram apreendidos

- É um absurdo!

O procurador esmurra a mesa. Tudo treme no gabinete apertado. Enquanto revira os papéis na gaveta, enxuga o suor da testa. O homem se levanta, apaga o cigarro e vai até a janela. Aponta na direção do areal, do outro lado da cidade. Respira fundo.

– Estamos de mãos atadas!

A mesa recebe outro golpe. Quem comanda? E a polícia?

Para quem quer começar a extrair areia, só que de forma regular, não é tão complicado. O cadastro é integrado. Primeiro, o areeiro deve preencher todos os dados no Formulário de Caracterização do Empreendimento. Depois, o sistema emite o Formulário de Orientações Básicas (FOB), que indica os documentos necessários.

O resto está na lei. O Conselho de Política Ambiental de Minas enquadra as atividades em seis classes a partir da combinação de seu porte e potencial poluidor. Aquelas menores, de números 1 e 2, podem atuar com a Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF). O pedido de AAF é simples e rápido. Já para se obter um licenciamento, é mais demorado. As condicionantes são avaliadas pelo Sisema e pelo Departamento Nacional de Produção Mineral. São levados em conta fatores como perda de vegetação, interferência em Áreas de Preservação Permanente e impactos nos recursos hídricos.

Aí aparecem os problemas. "Alguns empreendedores utilizam o FOB para minerar sem continuar o processo de licenciamento", afirma João Carlos Monteiro. Para Paulo Teodoro, deveria existir um método único mais apropriado para fazer a avaliação ambiental da extração de areia. "Se licencia mal, não temos condições de fazer uma fiscalização adequada", aponta.

Em relação aos pequenos areeiros, muitos não conhecem essas regras. Os extratores que procuram os órgãos ambientais podem ter esclarecimentos, mas não existe assistência técnica especializada. Há poucos órgãos representativos e sindicatos ligados ao setor.

Andamos vários quilômetros pela estrada que margeava o areal. Caminhões continuam carregando areia. A estrada, quase vazia. Estávamos sob olhares curiosos dos poucos motoristas. Quando fotografamos o local, passa um homem de moto. Ele nos observa com desconfiança. Depois, sua expressão suaviza. Fala algumas palavras enquanto acelera:

- Finalmente alguém veio fazer alguma coisa aqui... O resto não deu pra entender. Nem foi preciso. A exploração das margens do rio interfere na fauna e na flora. Além disso, modifica a forma do rio. "Quando o volume estiver alto, vai alagar com muito mais facilidade. Sem aquela praia que retém a água, vai ter mais inundação", alerta Maria Giovana. Quando se explora o leito, os impactos também são grandes. "O leito é muito importante para os seres aquáticos. Além de tudo, a água do rio se torna turva", completa. O aumento da turbidez influencia a entrada de luz, o que interfere na sua temperatura da água.

Mas a extração de areia não é só problema. Pequenos areeiros podem ajudar no desassoreamento do rio. De fato, a calha fica mais funda. Porém, deveria haver controle da retirada desse material. Maria Giovana explica: "se você escava a margem, tira a sustentação. A margem desbarranca e pode destruir a mata ciliar".

Caso a extração seja interrompida, os sedimentos são novamente depositados. A água corre mais rápido e tenta voltar a seu equilíbrio. O rio recupera seu formato, fauna e flora retornam. Mas ele precisa de um tempo para descansar. ●

No último dia três de agosto, uma simples visita de ambientalistas e autoridades municipais à área de extração de areia próxima ao Ribeirão da Mata, em São José da Lapa, terminou como caso de polícia. A extração de areia, considerada irregular, bem, essa continua...

Toneladas de areia são extraídas ao lado do Ribeirão da Mata



Minas gerais?

Empreendimento da Vale ameaça Serra da Gandarela, na região de Caeté

> GABRIELLA HAUBER E JESSICA SOARES Estudantes de Comunicação Social da UFMG

Essa matéria não precisaria ser escrita. Apesar disso, esta história já começou a ser contada. Na Serra da Gandarela, que faz parte do complexo do Espinhaço, há mananciais de água classe um, Mata Atlântica, unidades de conservação, corredores ecológicos. Há também uma legislação ambiental que deveria protegê-la. Só que a mineradora Vale tem um projeto que pode comprometer as riquezas naturais da região: a Mina Apolo. A princípio, a Mina pode abranger uma área muito grande da Serra da Gandarela, atingindo áreas de quatro municípios: Santa Bárbara, Raposos, Rio Acima e Caeté. Não há dimensão oficial ainda, mas fontes não oficiais dizem que a capacidade da Mina é similar à de Brucutu, em São Gonçalo do Rio Abaixo, região central de Minas, que produz em torno de 30 milhões de toneladas por ano.

A forma como a Vale vinha levando o processo de licenciamento tem sido questionada. "Os empreendedores fazem tudo para atingir seu objetivo, independente das leis, das unidades de conservação, dos interesses das comunidades", afirma a integrante do Movimento pelas Serras e Águas de Minas, Maria Teresa Corujo, a Teca.

E esse processo já vem desde o final de 2006. Na Revista Manuelzão 48, de outubro do ano passado, a polêmica do empreendimento já tinha sido levantada. De lá pra cá, o processo avançou, retrocedeu, mudou e até agora não há uma decisão definitiva que diga se a Mina vai ser instalada. A assessoria da Vale informou que a empresa ainda não se pronunciará sobre o assunto.

ERA UMA LEI...

Para entender essa história é preciso voltar um pouco no tempo. Licenciamentos são geralmente procedimentos demorados. A Deliberação Normativa 74 de 2004 do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais determina critérios de classificação de empreendimento e atividade de acordo com porte e potencial poluidor. Aqueles que não provocam impacto considerado significativo são dispensados do licenciamento ambiental. No lugar, devem requerer a Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) — processo mais rápido e simples.

Avancemos um pouco no tempo. No final de 2006, começam a ser divulgadas notícias sobre um grande em-

preendimento da Vale na região da Serra da Gandarela. Teca relembra que a comunidade procurou entender o que estava acontecendo, já que nenhum comunicado oficial havia sido feito. Investigando sobre o licenciamento, o Movimento percebeu que o processo iniciado pela Vale era fragmentado. Ao invés de contemplar todo o projeto, ele foi dividido em pequenas áreas, e foram pedidas AAFs separadas para cada uma.

Além da fragmentação, algumas áreas se encontram dentro da Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a APA Sul RMBH. Por esse motivo, além das AAFs, para levar adiante o projeto da Mina, a Vale necessita de um parecer do Conselho da APA. Cabe ao Conselho determinar se aquele empreendimento é condizente com a finalidade de preservação da unidade. O Conselho é consultivo, mas sua avaliação deve ser enviada junto com o pedido de licenciamento para a Superintendência Regional de Minas Gerais (Supram), órgão que decide se será ou não concedida a permissão.

No caso do empreendimento da Vale, o Conselho ainda não deu uma avaliação definitiva. Segundo o gestor da APA Sul, Luiz Roberto Bendia, esse parecer deveria ter sido apresentado numa reunião em agosto, que foi suspensa por recomendação do Ministério Público de Minas Gerais. O que aconteceu foi que a Supram ainda não deu seu parecer técnico sobre o empreendimento. Então o Conselho não pode se manifestar.

O projeto é ainda maior. Há previsão da construção de um ramal ferroviário de 21 quilômetros, atravessando um manancial importante para o abastecimento de água de Caeté. Mais uma vez fragmentado, o que acontece nesse caso é que o licenciamento do ramal está sendo requerido como um prolongamento da ferrovia Vitória-Minas, licenciada pelo Ibama. A Vale está trabalhando no serviço de sondagem. Por enquanto as obras efetivas de implantação da ferrovia ainda não começaram.

Segundo a Supram Central, o pedido de licenciamento do projeto como um todo, com o nome Mina Apolo, foi feito no dia nove de setembro de 2009. Ele diz respeito ao posto de abastecimento e à barragem de rejeitos. A Vale tem 180 dias, a partir dessa data, para apresentar os documentos exigidos pelo Formulário de Orientação Básica (FOB). Porém, a empresa ainda tem um pedido de AAF para a área de lavra de pesquisa. Ele foi feito no dia 24 de abril de 2009, mas foi solicitado uma prorrogação do prazo da apresentação dos documentos. Dessa forma, a Vale tem até a mesma data do ano que vem para apresentá-los. Essa fragmentação ainda é permitida porque a análise da Supram não é feita por empreendimento ou empresa, mas sim considerando a atividade. No caso, a lavra produziria 40 mil toneladas por ano, sendo classificada como de pequeno impacto.

QUESTÃO DE PRIORIDADE?

Toda a riqueza natural da área está sendo ameaçada pela construção de uma mina. E olha que a legislação brasileira não permite isso. De acordo com a resolução número 10 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, "não são permitidos nas APAs atividades de terraplanagem, mineração, dragagem e escavação que venham a causar danos ou degradação do meio ambiente e/ou perigo para pessoas ou para a biota". Mesmo assim, o licenciamento da Mina Apolo ainda é uma possibilidade.

Num primeiro momento, pode parecer boa a chegada de uma mineradora. Vai movimentar a vida econômica da região. Mas os prejuízos podem ser bem maiores. Parte da população dos quatro municípios já percebeu isso e começou a se manifestar contra a implantação da Mina. A de Raposos, por enquanto, é a mais atuante. Já fizeram, inclusive, um abaixo assinado.



O município de Raposos pretendia fazer um balneário turístico na região que pode ser ocupada pela Mina Apolo

O município vai ser um dos mais prejudicados caso a Mina realmente venha a ser implantada. A Vale pretende instalar a barragem de rejeitos perto do Ribeirão da Prata, considerado um dos principais atrativos do município. O Ribeirão ainda está preservado e a cidade pretendia fazer um balneário para aproveitar o potencial turístico da região. Se a barragem realmente for instalada, isso não será possível.

A empresa fez reuniões com a população. "Fizeram reunião, mas não anunciaram, ninguém sabia, foi em horário comercial. Quem foi, fez perguntas que a empresa não conseguiu responder, como qual seria o benefício para a cidade", reclama o representante do movimento contra a barragem de rejeitos de Raposos, Benedito Ferreira Rocha.

Os impactos da Mina também vão atingir municípios que nem fazem parte de sua área de abrangência. "Como o minério de ferro é muito poroso ele recebe a água, que se acumula. Normalmente, onde tem minério de ferro, tem grandes mananciais de água", afirma o jornalista ligado ao Movimento pelas Serras e Águas de Minas, Ricardo Ganzinelli. E para retirar o minério, a mineradora perfura o solo e bombeia a água. Segundo o coordenador do Subcomitê Caeté-Sabará, Ademir Martins, as cavas da Mina Apolo podem ter cerca de 120 metros de profundidade, o que requer rebaixamento de lençol freático e pode comprometer os recursos hídricos.

Com isso, o abastecimento de água de várias regiões também poderá ser afetado, inclusive, o de Belo Horizonte. A Mina pode interferir na captação de água da estação de tratamento de Bela Fama, que fica do lado direito do Rio das Velhas, próximo a Rio Acima. •



A riqueza natural da Serra da Gandarela está ameaçada por empreendimento da Vale

Na palma da mão

Programa de Saneamento do Ribeirão da Mata faz DIAGNÓSTICO DE UMA DAS SUB-BACIAS MAIS IMPACTADAS DO VELHAS

FILIPE MOTTA Estudante de Comunicação Social da UFMG

m caldeirão pronto para explodir. Cimenteiras, Linha Verde, aeroporto de Confins, Centro Administrativo, área cárstica... e muita, muita gente nos últimos anos. Foi para entender melhor a Sub-bacia do Ribeirão da Mata que os bancos de dados de diversos órgãos foram interligados e resultaram na construção de um Programa de Saneamento Ambiental. E ao contrário do que o nome possa sugerir, suas ações vão além do sistema de esgotamento e abastecimento de água das dez cidades que compõem a bacia. Os estudos englobam aspectos sociais, hidrológicos, situação dos fundos de vale, uso e ocupação do solo e impactos de empreendimentos naquela área. A partir do diagnóstico foram propostas ações de gestão a longo prazo.

Os trabalhos foram feitos entre julho de 2008 e o início do segundo semestre deste ano, reunindo os planos diretores dos municípios e dados do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) de Minas. Foram utilizadas também informações cedidas pelo Projeto Manuelzão, Copasa, Comitê da Bacia do Rio das Velhas (CBH-Velhas) e do Centro Tecnológico de Minas Gerais, o Cetec.

O programa saiu do mundo das ideias como uma das contrapartidas à construção do novo centro administrativo do governo estadual – a outra é o Sistema de Áreas Protegidas do Vetor Norte. O centro é a ponta do iceberg de rápidas transformações pela qual o vetor norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) tem passado na última década. Em 2000, os 10 municípios que

A Sub-bacia do Ribeirão da Mata contém áreas de extrema vulnerabilidade, como a cárstica onde fica o Parque do Sumidouro



integram a bacia somavam 700 mil habitantes, segundo o IBGE. Sete anos depois, esse número era de 880 mil. Mas a projeção do quadro populacional para os próximos anos, um dos pilares do documento, aponta para uma redução da taxa de crescimento. Foram desenhados dois cenários - um de alto e outro de baixo crescimento. Na primeira hipótese, em 2035, essa população será de um milhão de habitantes. Na segunda, um milhão e cem mil.

ESGOTANDO OS PROBLEMAS

Nos últimos anos, muitos desses novos moradores se instalaram de forma irregular. É o que observa o presidente do Subcomitê da Bacia do Ribeirão da Mata, Procópio de Castro. Ele conta que loteamentos que inicialmente eram destinados para chácaras acabaram se tornando áreas residenciais comuns. O problema é evidente em Vespasiano e corre o risco de se repetir em Matozinhos, onde tem surgido muitos loteamentos.

Acontece que esses novos moradores provocam a impermeabilização do solo - o que propicia a ocorrência de inundações em épocas de cheia. Outra dor de cabeça é a disposição do lixo, que em algumas cidades já não tem onde ser armazenado. A produção da Sub-bacia hoje é de cerca de 700 toneladas por dia. Neves segue na ponta, com 400 toneladas.

Para o problema da impermeabilização, a revitalização dos fundos de vale é apresentada como prioridade. A fiscalização dos loteamentos irregulares também seria muito importante. Quanto ao lixo, a proposta da criação de consórcios entre os municípios vizinhos e programas de educação ambiental aparecem como a melhor opção.

O documento também apresenta as propostas da Copasa para resolução dos problemas de esgotamento e abastecimento de água dos municípios, englobando a construção de estações de tratamento de esgoto (ETEs) e implementações de interceptores. Dentro da RMBH, o Ribeirão da Mata é um dos que mais contribuem para poluição do Rio das Velhas. De acordo com o estudo, incluindo as intervenções em fase de obra, são necessários ceca de R\$ 270 milhões para solucionar o problema dos efluentes da Sub-bacia. Vale lembrar que o Plano Diretor da Bacia do Rio das Velhas enquadra o Ribeirão da Mata em classe 2, o que obriga que os órgãos públicos trabalhem para que se possa nadar, pescar, utilizar a água para irrigação e, após tratamento convencional, consumo humano.

FALTOU O QUÊ?

O Programa é considerado um modelo que pode ser estendido para outras regiões do estado. Fora do sistema de recursos hídricos, essa é a primeira vez que se faz um planejamento regional tendo uma bacia hidrográfica como unidade de gestão pública. A Secretaria Estadual de Desenvol-

vimento (Sedru) estuda a possibilidade de realizar um estudo semelhante na Bacia do Rio Paraopeba, afluente do São Francisco que também corta a RMBH.

Mas por ser uma experiência pioneira, a primeira versão do trabalho apresentou alguns pontos falhos. Como aponta o presidente do Subcomitê do Ribeirão da Mata, Procópio de Castro, o trabalho de levantamento da biota, por exemplo, deixou a desejar. Por não constar na proposta, dados primários da vegetação e da fauna não fo-

ram obtidos. Eles deveriam ser coletados com pesquisa de campo, que não constava na metodologia do programa — o que pode ter levado a algumas informações defasadas nessa área.

Outro limite do programa, além da sua aplicação, é a garantia de que as ações propostas terão continuidade com a troca de governos estaduais e municipais. Como lembra a subsecretária da Sedru, Madalena Garcia, hoje as ações do Ribeirão são contempladas por dois planos estruturadores do governo de Minas. Um é a Meta 2010, o outro é o Projeto RMBH. No próximo ano há mudança do quadro político e não há garantias de que os programas prossigam. Assim como Madalena, a secretária executiva da Meta 2010, Myrian Mousinho, acredita que somente a mobilização da sociedade civil é capaz de garantir a continuidade das ações.

Municípios da Bacia

Quem é quem?

Município	População 2000	População 2007	IDH	Água tratada	Rede Esgoto	Lixo ton./dia (2008)
Capim Branco	7.900	8.736	0,751	93,40%	*	3,5
Confins	4.880	5.680	0,773	99,51%	*	3,0
Esmeraldas	47.090	55.436	0,749	99,97%	19,99%	50,0
Lagoa Santa	37.672	44.922	0,783	94,81%	27,89%	27,0
Matozinhos	30.160	33.317	0,774	93,98%	57,27%	24,0
Pedro Leopoldo	53.957	56.518	0,807	100%	61,36%	35,0
Ribeirão das Neves	246.846	329.112	0,749	82,8%	46,70%	400,0
Santa Luzia	184.903	222.507	0,754	98,78%	77,03%	100,0
São José da Lapa	15.000	17.900	0,747	94,37%	44,93%	14,0
Vespasiano	74.422	94.191	0,747	88,33%	64,78%	60,0
Total	700.000	868.319	*	*	*	716,5

Fontes: Copasa, IBGE e Programa de Saneamento do Ribeirão da Mata



Velhas Sustentável (?)

A Sub-bacia do Ribeirão da Mata serviu de programa piloto para outro estudo, o Programa Velhas Sustentável. A proposta é criar grandes bancos de dados sobre as dez sub-bacias da Região Metropolitana que formam a área da Meta 2010. Contribuem todos os órgãos envolvidos na área da Meta: Sistema Estadual de Meio Ambiente, CBH-Velhas, Projeto Manuelzão, Instituto Mineiro de Agropecuária, Polícia Ambiental, Agência de Bacia Peixe Vivo e Empresa Mineira de Desenvolvimento Agropecuário. E ainda há o cruzamento de informações com o Zoneamento Ecológico Econômico de Minas.

As informações de todos os órgãos envolvidos com o programa estão sendo atreladas a um sistema georreferenciado — ou seja, elas são cruzadas com mapas que localizam as questões da bacia

na bacia. É possível, por exemplo, analisar em conjunto o biomonitoramento do Projeto Manuelzão, a análise de água do Igam e os pontos de lançamento de esgoto, cadastrados no Comitê de Bacia. O programa piloto do Ribeirão da Mata já tem servido de base para ações de fiscalização.

A coordenação do Manuelzão vê o Programa com cautela, já que ele poderia se sobrepor às ações que seriam de responsabilidade do CBH-Velhas. Mas Myrian Mousinho ressalta que ele foi criado somente para agilizar ações prioritárias. Em 2010, o Comitê do Velhas faz a revisão do seu plano diretor e pretende utilizar uma metodologia semelhante ao Velhas Sustentável – com detalhamentos por sub-bacia. •

^{*} Dados não disponíveis







construções que levam em consideração princípios sustentáveis como o aproveitamento da água da chava e o aquecimento solar

O processo de planejamento urbano e de construção civil se tornou a cada dia mais racionalizado. As novas tecnologias de aquecimento e resfriamento artificial tornaram desnecessária a preocupação em adequar a construção ao clima e às características regionais. Um prédio é um prédio em qualquer região do mundo. Não deveria ser. Segundo a consultora associada do ICLEI, sigla em inglês que significa Governos Locais pela Sustentabilidade, Rose Alexandra Lichtenberg, a partir da segunda metade do século passado, os arquitetos deixaram de planejar de acordo com as características de cada região. "Com nossa euforia com ar condicionado e aquecimento artificial, os arquitetos começaram a achar que poderiam construir de qualquer maneira e depois colocar uma máquina. Isso aumenta o consumo de energia", explica.

NÃO TINHA PAREDES

 $\cdots \vdash$

As cidades podem contribuir para a redução das emissões de gases que aumentam o efeito estufa e consequentemente para a redução do aquecimento global. Para isso, existem diferentes níveis e diferentes aspectos que podem ser levados em conta para um planejamento sustentável. Como? Vamos continuar pensando nos edifícios...

\

1

Para a construção de uma habitação, você pode utilizar outros materiais, como os tijolos que não são provenientes da queima. Assim, você interfere na redução das emissões de CO2 pelo desmatamento. É possível que o projeto de construção leve em conta a coleta e a utilização da água da chuva. Cada edifício pode também ter o seu próprio tratamento de esgoto ao invés de levar tudo para uma grande estação de tratamento. Isso quando o esgoto é tratado, na maioria das vezes vai direto para o rio.

É possível também projetar levando em consideração a redução do consumo de energia. Basta utilizar aquecedores solares e lâmpadas fluorescentes. Esse tipo de habitação é conhecida como edifícios verdes. Em outros países, como no caso dos Estados Unidos, existe uma certificação para os edifícios que são construídos

com base em princípios sustentáveis. No Brasil, ainda não existem regras para certificação. Vale o bom senso. Essa falta de padrão dificulta que o profissional apresente um trabalho sustentável. "O Brasil precisa definir seus critérios de sustentabilidade desde o edifício, o projeto, a obra, a pós-construção e operação", explica a diretora técnica da empresa Valle Alvarenga Sustentabilidade, Maria Auxiliadora. No Brasil existem cinco edifícios certificados, em Belo Horizonte, nenhum.

NÃO TINHA TETO

Levando em consideração esses princípios, Maria Auxiliadora fala sobre os projetos de Ecovilas, que serão implantados em Esmeraldas, Região Metropolitana de Belo Horizonte, e em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. Trata-se de construções sustentáveis para pessoas mais pobres que, além de levar em conta a construção, preocupa-se com geração de renda e o convívio das vilas com o resto da cidade. O projeto prevê a criação de um centro de geração de renda e de capacitação profissional. Haverá também o envolvimento da família que será acompanhada por uma psicóloga social. "Há uma integração. Não é simplesmente jogar a pessoa num local sem estrutura", explica.

Ao ver o esboço do projeto, surge a primeira pergunta: É mesmo para população de baixa renda? Maria auxiliadora responde: "Não é por que é para baixa renda que não pode ter um tratamento estético e paisagístico". Deve ser bem mais caro então, né? "35% mais barato do que as construções convencionais", afirma. Ela explica que o fato de utilizar materiais alternativos e reciclados na construção, reutilizar a água e usar energia solar torna o projeto mais barato. Por que as prefeituras e o governo Federal não utilizam esse tipo de projeto em seus planos de habitação popular? Ainda sem resposta, o fato é que, segundo Maria Auxiliadora, a Valle Alvarenga está finalizando o projeto das Ecovilas. Ela explica que foi difícil conseguir financiamento, já que a Caixa Federal demorou para entender esses novos conceitos. E é claro que tem o interesse das empreiteiras.

TO ASSUNTO É

Sobre as iniciativas das Ecovilas, a professora da Escola de Arquitetura da UFMG, Eleonora Sad de Assis, acredita que, se elas não forem absorvidas dentro da cadeia da construção civil, não haverá uma alteração na lógica do processo construtivo. É preciso também que seja uma transição segura, que os materiais alternativos tenham certificação e qualidade para que possam ser incorporados na construção como um todo e que atenda a demanda.

Na Alemanha não é mais permitida a impermeabilização, os córregos e rios são preservados. Dois bairros sustentáveis também foram construídos na cidade de Freiburg. Nesses lugares a pista, por onde passam os trens de superfície, é gramada.

RUA DOS BOBOS

Não dá para pensar apenas nos edifícios para o enfrentamento da atual crise ambiental. De acordo com Eleonora, a cidade precisa ser vista como um todo com soluções que formam uma rede e não apenas com experiências setoriais. No início do século XX, as cidades eram planejadas de forma separada e funcional, as chamadas cidades modernistas. A área de comércio deveria ficar no centro da cidade, a área para moradia em bairros afastados. E a população de baixa renda teve que se virar nas áreas mais distantes da cidade. Ironicamente, quem serve de mão de obra nos centros comerciais é essa população que atravessa a cidade em ônibus lotados diariamente. "O lugar de morar, o lugar de circular e o lugar de trabalhar, e cada vez mais essa fragmentação do espaço urbano. Gerou um caos", esclarece Maria Auxiliadora.



No projeto das ecovilas, os carros só passam nas vias laterais e não por dentro do bairro. As ruas dão lugar a praças e áreas de convivência

Em Londres também existe a experiência com bairros sustentáveis onde as residências respeitam o acesso ao sol e ao vento. Os edifícios geram a energia que consomem e a que vai para os carros elétricos.

Um exemplo é a cidade de Belo Horizonte, onde o índice maior de poluição do ar vem do tráfego entre as cidades dormitório e o centro da capital. Essa concepção surgiu numa época de abundância energética. Hoje isso não existe mais e nesse novo contexto as cidades deveriam ser planejadas para um funcionamento ambiental com a criação de pólos de comércio nas diversas regiões da cidade e principalmente nas cidades dormitório. "Os novos empreendimentos têm que contemplar habitação, comércio, atividade profissional e transporte público. Você não pode fazer empreendimento sem pensar na infra-estrutura do local", afirma Alexandra, que também é consultora de planejamento estratégico para a sustentabilidade da Prefeitura de BH. Uma alternativa é fazer com que o Plano Diretor da Região Metropolitana incorpore esses princípios sustentáveis e contribua para a descentralização do comércio hoje concentrado em Belo Horizonte, Betim e Contagem.

NÚMERO O

Além da integração da cidade é preciso pensar na integração dos setores da sociedade e das políticas públicas ambientais. "Não há como lidar com diversificação energética se não lidar com edifícios. Pode parecer que não tem nada a ver, mas se você pretende incentivar energia solar, vai ter que fazer um trabalho com os edifícios", exemplifica Eleonora. De acordo com o presidente da Câmara de Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro, Sérgio Besserman, o assunto não pertence apenas às secretarias de meio ambiente e tem que ser internalizado em todos os órgãos e setores, como secretaria de saúde, urbanismo e educação. "Tem que haver ações integradas que possam agir principalmente na questão do lixo, do transporte e das edificações, que hoje é o principal tripé para a redução de emissões", afirma.

Outra questão importante é que o poder público passe a perceber essas mudanças como políticas a longo prazo e não com ações que são interrompidas em cada mandato. "Requer investimento público, não só repasse dos custos para a sociedade, e visão inovadora com incentivo em pesquisas na área da sustentabilidade. Precisamos de tempo e ações sistemáticas", afirma Eleonora. No Brasil, grande parte das tomadas de decisão não é amparada pelo conhecimento, não há avaliação de resultados, participação das universidades nem continuidade dos programas. Sem isso, fica um pouco difícil falar em planejamento sustentável no país.

No modelo vigente ainda não há espaço para encarar a sustentabilidade como prioridade para todas as ações.

Tijolos que são fabricados na área da construção reduzem a emissão de CO₂ proveniente do transporte e da queima

Para Maria Auxiliadora, Minas Gerais poderia, por exemplo, investir na cultura como geração de renda, ao invés de ser conhecida como a capital do minério. "Na Europa, a cultura local e o turismo são patrimônio da Unesco. Se nós trabalharmos a cultura como produto sustentável, a partir de um trabalho com o conhecimento da nossa história, vai ter uma geração de renda maior e valorização do patrimônio cultural natural", explica. De acordo com Sérgio, a tendência é que as cidades invistam em economia de baixo teor de carbono, como a produção cultural. A triste constatação é que estamos muito longe disso e que nenhuma ação das cidades tem sido suficiente para lidar com a emergência do aquecimento global.

Isso não é só previsão

O Rio de Janeiro está criando medidas para lidar com a futura elevação do nível do mar que irá comprometer parte da infraestrutura da cidade e parte da população próxima da faixa litorânea.

Para Eleonora, ainda há relutância por parte do poder público e da sociedade em admitir que estamos numa grave crise ambiental. Talvez depois que isso deixe de ser apenas profecias, essa visão integrada possa ser incorporada pela sociedade. Até lá, ficamos com algumas previsões.

Previsão número 1

Se continuarmos usando matrizes convencionais de energia até o final do século, com o aumento do nível do mar, as cidades litorâneas serão alagadas. Mais de 2 bilhões de pessoas moram a 100m do mar.

BH RADICALMENTE

Belo Horizonte foi escolhida sede da Conferência Liderança Climática 2020, que reuniu em agosto desse ano mais de 250 pesquisadores de todo o mundo. Durante o evento foi lançada a campanha Brasil 2020. Para os cientistas é preciso que os países reduzam 80% das emissões de CO2 até 2020 e não até 2050 como prevê o protocolo de Kyoto. Se esperarmos pode ser tarde de mais.



Previsão número 2

Pelos cálculos dos cientistas, mesmo que os objetivos fossem cumpridos dentro do prazo, até 2050, a temperatura média no planeta poderia subir até 4 graus, o que seria uma ameaça geral ao ecossistema.

A capital foi considerada um exemplo de cidade sustentável. O governador Aécio Neves até assinou um acordo em que o Estado se compromete em reduzir as emissões em Minas Gerais. Dentre suas ações, Belo Horizonte pretende elaborar um Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa para que a cidade possa fazer um diagnóstico de geração de gases. BH conta hoje com um comitê para mudanças climáticas, é integrante do ICLEI e participa do projeto Construção Sustentável como cidade piloto. Esse projeto visa incentivar a redução de emissões de gases no processo de construção das edificações.

Mas a capital também é exemplo de ações desintegradas com soluções setoriais. O transporte público ainda é um problema e o transporte individual também. Em 2008, eram emplacados cerca de 400 carros por dia no Detran. Segundo Maria Auxiliadora, a média da cidade é de dois carros por família. De acordo com o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Estado de Minas Gerais, o setor de transporte é o responsável por 36,6% das emissões de gases, enquanto o setor industrial é responsável por 48% e o residencial por apenas 6,8%.

Há o incentivo de uso de energias renováveis que ainda não chegaram aos veículos. A BHtrans, empresa pública que gerencia o transporte em BH, tentou substituir de 20 a 50% de diesel por biodiesel na frota de ônibus. Isso corresponderia a uma redução significativa das emissões de CO2. Segundo o assessor da presidência da BHtrans, Márcio Cerqueira, o projeto não foi para frente devido à falta de oferta de biodiesel no mercado.

Londres, mesmo tendo transporte
público de qualidade, enfrentava altas
taxas de engarrafamento, maiores até
que a cidade de São Paulo. Para resolver o
problema, o prefeito implantou as "taxas de
congestionamento". Para ir de carro para o
centro de Londres, por exemplo, o motorista
tem que pagar uma taxa, além da taxa de
estacionamento.

BH é uma cidade já intensamente urbanizada, o que poderia dificultar a implantação de projetos sustentáveis. Porém, de acordo com Eleonora, as cidades mudam a cada 25 anos. "A cidade tem uma dinâmica, não é estática, por isso a importância do planejamento de longo prazo", acredita. Investir em soluções diversificadas de transporte, diminuir combustíveis fósseis, controlar para que os novos parcelamentos sejam sustentáveis, educação ambiental, sistematização da coleta seletiva, criação de políticas para a construção civil, já seriam um bom começo para essas ações de longo prazo.

Previsão número 3

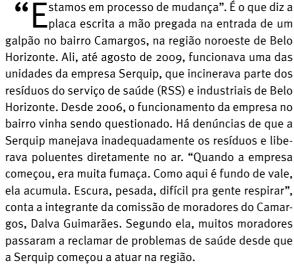
A situação atual é pior do que o pior cenário previsto pelo IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) em 2007. Se parássemos com o aquecimento global amanhã, as conseqüências ainda estariam presentes por mais de mil anos.

4/15

80 contra 1

INCINERAÇÃO É OPÇÃO PARA TRATAMENTO DE RESÍDUO DE SERVIÇO DE SAÚDE, MAS HÁ MOTIVOS PARA DESCONFIANÇA

GABRIELLA HAUBER E IESSICA SOARES Estudantes de Comunicação Social da UFMG



Nem a Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam), nem o Serviço de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (SLU) têm dados específicos da quantidade de lixo que vai para outro destino que não o aterro. O que a SLU registrou é que em julho deste ano a empresa recolheu 961,35 toneladas de RSS que vão para aterros sanitários. Mas há o lixo que a SLU não coleta e que é incinerado por empresas licenciadas, como era o caso da unidade da Serquip.

Essa diferença de destinos acontece porque lixo não é tudo igual. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) define uma classificação para RSS em cinco grupos: biológicos, químicos, radioativos, comuns e perfurocortantes - materiais que cortam ou perfuram. "Qual é a destinação? Essa resposta não existe. Ela é sempre dependente do tipo de resíduo", afirma a professora do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFMG, Lisete Lange.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente (Comam) já havia determinado a saída da empresa do bairro, mas a Serquip vinha adiando há três anos, solicitando a prorrogação dos prazos. A empresa argumenta que sempre incinerou o lixo de acordo com a lei. Por que então fechar as portas? O diretor da Serquip, Gilson Vilela, diz que a decisão do Comam foi influenciada por pressão popular, de uns 80 moradores do Camargos. "É mais fácil atacar um do que os 80", argumenta. Com o fechamento da unidade da Serguip, o resíduo que era incinerado lá não ficou sem destino. Segundo Gilson, ele agora viaja até o Rio de Janeiro, onde funciona outra unidade da empresa.

MUITA POLÊMICA NO AR

Como qualquer outro tipo de resíduo, os oriundos do serviço de saúde podem acabar prejudicando quem entra em contato com ele. O risco maior é dos trabalhadores. No caso de lixões, dos catadores que tem acesso ao local.

Se não existe uma resposta que determine o tratamento correto para o lixo, fica a dúvida: incineração é uma opção viável? Economicamente, nem tanto. Para dispor o lixo em aterros sanitários, o preço é de aproximadamente trinta reais por tonelada. Já para incinerar, o preço pago por tonelada de lixo: varia entre 25 e 40 reais, dependendo de sua classificação. Mas o custo de instalação de incineradoras continua sendo alto.

Além disso, a incineração ainda é vista com muita desconfiança pela população. A imagem que se tem dessas empresas é aquela de incineradoras de tecnologia ultrapassada ou que não operam de acordo com as normas. Os maiores problemas estão relacionados a descargas atmosféricas, que carregam uma série de poluentes e materiais particulados. Muitos são cancerígenos mesmo em concentrações muito baixas. "Acabam resultando numa queima inadequada e poluindo o meio ambiente da mesma maneira que a má disposição de remédios e resíduos em geral trariam", afirma o professor do Departamento de Engenharia Sanitária e Meio Ambiente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, João Alberto Ferreira.







Manifestação de moradores do bairro Camargos foi importante para que a Serquip saísse da região

PROBLEMA MEU

A responsabilidade de dar o destino adequado aos resíduos de saúde é dos próprios geradores. Hospitais, farmácias, consultórios médicos, veterinários. Eles devem fazer um plano de gerenciamento de seus resíduos, separando-os de acordo com as divisões do Conama. Cabe aos órgãos ambientais estaduais fiscalizar se o destino que os geradores estão dando ao resíduo é o mais indicado. No caso de Minas Gerais, a responsável por isso é a Feam. A fiscalização intra-estabelecimento é responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segundo a analista de meio ambiente da Feam, Tânia de Sousa, a principal irregularidade encontrada pela fiscalização está na separação incorreta dos resíduos que deveria ser feita pelos geradores.

O problema também está na quantidade de lixo que é produzida diariamente. Lixo em geral, não só os resíduos de saúde. O destino do lixo tem sido uma das questões que mais dá dor de cabeça. As cidades não estão mais dando conta da quantidade de resíduos que produzem. A população cresce, aumenta o consumo e produz mais lixo, que precisa ir para algum lugar. Mas ninguém quer morar perto de um aterro, de uma incineradora. "A cidade não tem área, a pressão pública é muito grande, ninguém quer por perto, mas ao mesmo tempo, ninguém para de consumir, de gerar. Nós todos temos tudo a ver com isso", alerta Lisete.



Mesmo a Serquip garantindo que atuava dentro da lei, a unidade no Camargos liberava muita fumaça









Classificação do lixo: entenda qual é qual

Os resíduos biológicos, como bolsas de sangue, são os que têm agentes que, dependendo da sua concentração, podem causar algum tipo de infecção. O destino adequado varia de acordo com o grau de contaminação do resíduo. Alguns demandam imediatamente um tratamento para reduzir a carga microbiana para depois serem levados a aterros sanitários ou serem enterrados. Outros, mais contaminados, devem ser incinerados para evitar a poluição do solo e contato com pessoas e animais.

Os resíduos químicos são os que contêm substâncias que podem apresentar risco à saúde e ao meio ambiente, como produtos hormonais. Eles podem ser submetidos a processos de reutilização, recuperação ou reciclagem. Quando não for possível, devem ser encaminhados para tratamento e depois levados para aterros licenciados, no caso dos sólidos, e os líquidos para redes de esgoto. A legislação determina que remédios também sejam dispostos como resíduos químicos. As prefeituras deveriam disponibilizar locais para a que a população deixasse es-

ses resíduos, mas isso não acontece na prática.

Os resíduos nucleares são os que liberam átomos que emitem radiação em quantidades superiores ao limite de eliminação que está nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Esses resíduos não são considerados lixo até que ocorra a desintegração dos átomos. Quando isso acontece, passam a ser considerados da categoria biológica, química ou comum.

Os resíduos comuns, como sobras de alimentos, não apresentam nenhum tipo de risco biológico, químico ou radiológico à saúde e ao ambiente. Eles podem, inclusive, ser comparados aos resíduos domiciliares e levados para aterros sanitários quando não puderem ser reaproveitados ou reciclados.

O destino dos resíduos perfurocortantes, como agulhas, depende da sua contaminação biológica, química e radiológica. É necessário também um cuidado maior com o acondicionamento desses resíduos, que devem estar protegidos em embalagens resistentes. •

Separados pelo nascimento

Integração entre os sistemas de gestão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos pode ser garantia da qualidade ambiental

STÉPHANIE BOLLMANN

Estudante de Comunicação Social da UFMG

magine ter um irmão 16 anos mais velho. Ou mais novo. A criação acaba sendo diferente. As experiências e inspirações também. Se irmãos já brigam tanto, imagina com toda essa diferença de idade? Mas costuma ser apenas no início. Eles crescem, amadurecem, e às vezes até começam a ser dar bem. Talvez seja esse o caminho a ser seguido pelas leis federais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, que em Minas Gerais passam por um processo de integração. Afinal, as duas leis são irmãs, complementares. Os recursos hídricos e o meio ambiente fazem parte de uma mesma família. Que anda meio brigada...

A primeira lei, a de Meio Ambiente, nasceu em 1981, num contexto de ditadura, guiada pelo princípio de exercer controle sobre os empreendimentos. A segunda, nascida em 1997, num cenário democrático, é guiada pelos princípios de descentralização e participação. Outros aspectos separam as duas leis. A de Meio Ambiente age de acordo com os territórios políticos: estados, municípios. Já seu irmão mais novo, de acordo com as divisões por bacia hidrográfica, que muitos consideram mais eficiente. "Você tem uma visão mais abrangente na questão dos recursos hídricos. O foco não é mais pontual como é no caso da gestão ambiental, especialmente no instrumento de licenciamento", afirma a diretora de monitoramento e fiscalização ambiental do Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema), Marília Melo.

LANÇANDO OS DADOS

A questão da base territorial é um dos primeiros pontos de atrito entre elas, mas não o único. Apesar de ser mais nova, a lei de Recursos Hídricos pode estabelecer as regras que o Sistema de Meio Ambiente deve seguir. Isso, por meio de seus instrumentos de gestão,

entre eles plano diretor, outorga pelo uso da água, enquadramento e cobrança pelo uso da água.

Mesmo que a lei de Meio Ambiente seja a dona da palavra final, ela quem decide se dá ou não a licença, não pode contrariar o que diz o plano diretor de uma bacia. Se num plano está estabelecido que nenhuma hidrelétrica possa ser construída, as Unidades Regionais Colegiadas, representantes do Sistema de Meio Ambiente, não podem conceder o licenciamento para esse tipo de empreendimento. Segundo o idealizador do Projeto Manuelzão, Apolo Henriger, o Velhas, por exemplo, "tem plano diretor e definiu a Meta de navegar, pescar e nadar na região metropolitana de Belo Horizonte. Você não pode, ainda que os dois sistemas sejam desintegrados, liberar um empreendimento sem conhecer o impacto que terá sobre as águas".

O problema é que, às vezes, os comitês não sabem utilizar o poder que têm. Muitos se preocupam apenas em conceder ou não outorga e menosprezam os outros instrumentos, como o enquadramento. O enquadramento define a qualidade do rio que se pretende ter. No caso do Velhas, a de classe dois, o que significa que a qualidade da água deva ser boa para que se possa nadar. Logo, se algum empreendimento que queira se instalar na bacia for lançar efluente, ou alguma outra coisa que prejudique a qualidade da água, o comitê pode argumentar que ele não respeita o enquadramento. E aí, não adianta licenciamento nem outorga.

Na hora de conceder um licenciamento, o sistema de meio Ambiente deveria conhecer tudo o que estabelece o plano diretor e o enquadramento da bacia. O de recursos hídricos, se organizar e cuidar para que seus instrumentos sejam bem elaborados e utilizados. Por isso que a integração entre os dois sistemas é tão importante. E o Sisema quer ir nessa direção.

A integração dos sistemas

Integrar os Sistemas de Recursos Hídricos e o de Meio Ambiente não é mesmo tarefa fácil. Que o diga o diretor de gestão participativa do Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema), Fernando Leite, responsável pela integração dos dois sistemas. Em maio, em reunião com o secretário de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, algumas metas foram estabelecidas para que esse objetivo fosse alcançado. Entre elas o ajuste da base territorial de ação dos dois sistemas, a regulamentação da outorga pelo uso da água e a de lançamento de efluentes, suporte técnico aos comitês de bacia hidrográfica e a inclusão dos Planos Diretores no Sistema de Informação Ambiental. Fernando Leite, a princípio, esperava que o processo de integração fosse ser mais ágil. Frente às dificuldades, metas que estavam previstas para serem alcançadas até setembro ainda estão caminhando. A única que já foi cumprida é a de regulamentação da outorga pelo uso da água.

Em que pé está a integração entre os Sistemas de Meio Ambiente e o de Recursos Hídricos?

Nós temos muitas limitações. Uma é o próprio Sistema de Recursos Hídricos, que não está totalmente consolidado porque ainda não existem os instrumentos de gestão. Há uma meta dentro do Projeto Estruturador do Estado que até 2010 todas as unidades de planejamento de bacia hidrográfica terão seus planos de bacia. Até o momento, temos apenas sete. Tem o enquadramento, que é fundamental e não está sendo tão bem exigido pelos comitês. Creio que os comitês ainda não assumiram um papel que eles têm, conforme prevê a legislação, de pensar a bacia por intermédio dos instrumentos. Embora por meio do licenciamento o Sistema de Meio Ambiente seja o tomador de decisão, elas estão subordinadas às diretrizes dadas pelos comitês, por meio dos planos diretores, do enquadramento.

O que significa falar em consolidação dos instrumentos de gestão?

Primeiro, que eles existam. Segundo, que eles não se tornem instrumentos de gaveta, como acontece com a maioria dos planos diretores dos municípios. É igual uma máquina sem manual, ninguém sabe como usar. As dificuldades vêm porque esse processo começou muito tarde. A Lei Federal [de Recursos Hídricos] é de 97, a Estadual é de 99. Ou seja, imediatamente, em 2000, você já teria que ter começado uma corrida para elaborar plano diretor, fazer enquadramento, estruturação de comitês. E isso está sendo priorizado só agora.

Quais são as metas estabelecidas para a integração?

A primeira delas é um ajuste nas bases territoriais de atuação dos órgãos do Sisema. Elas ainda não obedecem, e esse é o ideal, o sistema do Igam [Instituto Mineiro de Gestão das Águas], que é por



"Não é só o governo delegando, deliberando, tomando as decisões. Tem a participação da sociedade civil organizada", diz Fernando Leite sobre a gestão dos recursos hídricos

bacia hidrográfica. Às vezes não ocorre pela dinâmica socioeconômica da região. Exemplo típico é a região do Rio Paraúna. Embora esteja na Bacia do Velhas, os processos são analisados na Supram [Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável] Jequitinhonha. Por estar mais próximo. A logística deles de integração, inclusive por rodovias, está polarizada para Diamantina. É um problema político que estamos buscando equilibrar.

Com a integração feita, quais serão as vantagens?

Que se tenha uma gestão que garanta a qualidade ambiental.

Porque se você perguntar qual é o maior problema ambiental de

Minas, vai ter um monte de respostas: destinação do lixo, esgoto,
desmatamento, assoreamento. Nenhuma delas é mais importante.

A grande questão é a gestão. Porque é por meio da gestão que
você equaciona todos esses problemas, conjuntamente. ●

O que está fora de cena

LEVAR EXPRESSÕES POPULARES COMO CONGADO E MOCAMBIOUE PARA O PALCO É UMA BOA IDEIA?

THAIS MARINHO E VICTOR VIEIRA Estudantes de Comunicação Social da UFMG

pequena a capela que fica na sede da Guarda de Congo Feminina, no Bairro Aparecida, Região Noroeste de Belo Horizonte. Cuidadosamente enfeitada como tantas outras. No altar. São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. No teto, estrelas azuis feitas de papel cintilante. O cetro, a coroa e a espada estão guardados em um canto. Objetos que vão ser usados nas festas da Guarda. São nessas festas que grupos de Congado e Moçambique louvam aos santos de sua devoção com cantos, danças e preces.

Os negros trouxeram várias crenças do continente africano. Aqui, tiveram que se adaptar: incorporam às suas tradições elementos do catolicismo. Daí surgiram muitas manifestações, entre elas, o Congado e o Moçambique. Até hoje essas expressões religiosas continuam mudando. Se antes elas eram marginalizadas, agora ganham um pouco mais de espaço na mídia e nos palcos. Uns acreditam que é um processo de mudança, para outros, é banalização. Polêmico? Bastante.

De acordo com o Centro de Tradições do Rosário no Estado Maior de Minas Gerais (Cetro - MG), só em Belo Horizonte são 35 guardas. Em Minas Gerais, o Cetro reúne quatro mil. Em geral, os grupos são heranças de família, apesar de também terem pessoas de fora. A Guarda de Congo Feminina, por exemplo, foi criada há 36 anos por Neusa e Zilda Pereira. Isso aconteceu depois que a guarda do pai delas acabou por causa da morte de muitos membros.

PALCO VERSUS CHÃO

Congado e Moçambique estão em todos os cantos. Inclusive sobre os palcos e nos meios de comunicação. Isso é espetáculo? Depende. O professor de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba, Osvaldo Meira, acredita que esse é um processo cultural. "Cada vez mais as pessoas da cultura popular estão inseridas na cultura globalizada. Com isso, surgem mais significados para as expressões locais. Deixa de ser só de uma comunidade e passa a ser uma coisa mais extensa", esclarece. O presidente do Cetro-MG, Manoel Fonseca, pensa diferente. Para ele, os espetáculos não correspondem à realidade. Congado e Moçambique seriam manifestações estritamente religiosas. Apresentar as guardas para o público leigo poderia vulgarizar a tradição. "Quem toca em casamento e batismo não é Guarda de Congo ou Moçambique", critica.

Alanne Kardec e sua família mantêm a tradição da Guarda de Congado iniciada pelo pai em Itabirito





Apresentações em festivais, como o Festejo do Tambor Mineiro, dividem opiniões

Na prática, pode não ser bem assim. "Em todo lugar que somos chamados, fazemos o possível para ir porque a pessoa gostou e nós somos dignos de participar", conta Zilda, primeira capitã da Guarda de Congo Feminina. "Temos que agradecer Nossa Senhora do Rosário por isso". Segundo ela, nas apresentações feitas nesses lugares, a fé é a mesma. Os cânticos é que mudam – são levados aqueles mais alegres. Alanne Kardec, da Guarda de Congado de Itabirito, prefere recusar alguns convites. Ela acredita, por exemplo, que onde tem mulher seminua, não dá para trazer um altar. Não são em todos os ambientes que existe respeito aos santos.

Para o produtor cultural do Festejo do Tambor Mineiro, Elias Gibran, o espaço dessas manifestações ainda é pequeno, apesar de ter crescido de uns anos pra cá. O Festejo, cuja sétima edição ocorreu no dia 16 de agosto, reuniu dez guardas de Congo e Moçambique. Em outras edições, o número de grupos já foi bem maior. Ele acredita que existem obstáculos para que o Congado e o Moçambique apareçam mais. "A principal razão disso é o preconceito", argumenta. Tanto pela cor da pele, quanto pela religião.

Segundo Gibran, não é fácil organizar uma festa dessa natureza. Além de transporte e alimentação, devem ser tomados cuidados com a ordem de apresentação das guardas e a disposição de imagens e altares. Alanne enxerga outra questão que envolve os eventos. O clima de louvor pode dar lugar ao de competição. "Tem capitão que disputa com o outro para ver quem está mais enfeitado", exemplifica.

Manoel vê nos eventos exploração das tradições. "É dinheiro no bolso de quem patrocina", afirma. Mas o dinheiro no bolso dos congadeiros também pode ajudar. Zilda conta que o auxílio financeiro que recebem contribui nos gastos para manter a Guarda. Manoel teme que esse processo leve à descaracterização e o patrimônio do Congado e do Moçambique se perca. Zilda também se preocupa com isso e acredita que os meios de comunicação podem ser aliados. Ela se queixa que a grande mídia não dá tanta importância para essas expressões. "Tinha que ter mais divulgação. O jovem deve ver essas coisas maravilhosas". Hoje a Guarda do Bairro Aparecida tem menos integrantes que na época do seu pai. Para Osvaldo Meira, a mídia é mais útil para dar visibilidade do que retorno econômico. "Eles querem ser reconhecidos"

POR TRÁS DA FARDA

Não é coisa simples manter as tradições. "A gente perdeu pessoas muito importantes que Deus levou. Ficamos desanimadas porque entram as novatas e a gente tem que ensinar como que é. Até pegar o ritmo, é um pouco difícil", conta Neusa, da Guarda Femina. Isso quando entram. "Nós tínhamos muita princesa, todas cresceram e viraram moças. Os jovens têm vergonha hoje de vestir uma roupa de Congado", diz a coordenadora da Guarda de Moçambique Senhora da Guia, de Santa Luzia, Eva Aparecida.

Falta gente mais moça para continuar o trabalho das guardas no futuro. Falta dinheiro para as guardas fazerem o trabalho hoje. Os grupos vivem de doações, verbas pequenas vindas do governo e arrecadações paralelas. A maioria faz atividades como bingos, festivais de sorvete e feijoadas para arrecadar dinheiro para os gastos que têm ao longo do ano. É a Festa do Rosário, as Coroações de Reis e Rainhas, as fardas e a sede que precisam ser mantidas em bom estado, conduções para levar os membros nas festas de outras guardas e por aí vai. Existe um compromisso de receber guardas convidadas, dar alimentação e depois pagar a visita. Guardas maiores têm convites quase todos os finais de semana.

Os congadeiros, em geral, vivem em periferias. Também é lá que estão as sedes dos grupos. Isso, além de refletir a dificuldade financeira que muitos passam, traz outro ponto para a discussão. Como as crenças e as tradições das guardas vão ser mais conhecidas se elas ficarem restritas às periferias? Mas elas precisam ser conhecidas por mais gente?

"O mais bonito nessa relação deles é a troca. O intercâmbio entre os grupos é muito rico", relata a antropóloga e bailarina afro, Júnia Bertolino. Só que isso acontece independente do poder público ou dos eventos. Os grupos têm suas próprias maneiras de serem conhecidos. O pesquisador de Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora, Marcelo Andrade, alerta que é preciso ter cautela para analisar o que ocorre com essas expressões culturais. "É complicado chamar de espetacularização o que o outro vive", afirma. "Ouço congadeiros falarem: 'se é só espetáculo, é um espetáculo que consegue levar a nossa fé até aquelas pessoas'". O que boa parte das pessoas envolvidas com essas manifestações parece concordar é que não será alguém de fora que vai preservar ou salvar o Congado e o Moçambique. ◆



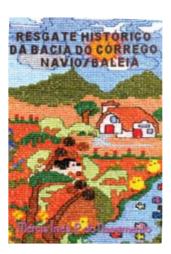
Confira mais imagens de Congado e Moçambique no site www.manuelzao.ufmg.br

Vazou

A descoberta de um problema "encoberto" deixou muita gente perplexa no último dia de setembro. Nos dias de chuva, o esgoto que chega à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Arrudas, em Belo Horizonte, vai direto para o Ribeirão. É o que foi confirmado pelo novo superintendente de Serviços e Tratamento de Efluentes da Copasa, Eugênio Alves. A ETE tem capacidade de receber dois mil litros de esgoto por segundo. Durante as três primeiras horas de chuva, o volume que chega a ela beira os seis mil, já que a água de

muitas residências é enviada para rede de esgoto, ao invés de ir para rede pluvial. Sem ter como suportar o volume de efluentes, a ETE simplesmente desvia tudo para o rio. A coordenação do Projeto Manuelzão estranha que o fato só tenha sido tornado público agora. A informação é preocupante. Essa descarga, que causa uma brusca alteração do ecossistema aquático, pode estar associada às mortandades de peixes que acontecem com frequência no Rio das Velhas após a ocorrência de chuvas.





Lancamento conjunto dos livros de Eugênio Goulart e Mércia Inês do Nascimento marca mês de setembro

Entre rios

Em setembro, foram lançados os livros O Caminho dos Currais do Rio das Velhas - A Estrada Real do Sertão, de Eugênio Goulart, e Resgate Histórico da Bacia do Córrego Navio/Baleia, de Mércia Inês do Nascimento. A obra de Eugênio, que é um dos coordenadores do Projeto Manuelzão, nasceu durante a Expedição de 2003, quando o autor teve a oportunidade de coletar uma série de histórias enquanto percorria a Estrada Real do Sertão. Mércia vem colecionando e bordando em ponto cruz cenas da vida da população local há quase nove anos. A obra de Eugênio é um resgate histórico e memorial de quem passava por esses caminhos e a de Mércia, o resultado do trabalho de um membro de núcleo, que vem cuidando de um córrego poluído que ninguém dava importância em Belo Horizonte. Mil exemplares de Caminho dos Currais... serão doados para todas as bibliotecas das escolas públicas dos 51 municípios que fazem parte da Bacia do Rio das Velhas.

Outro defunto: oremos

A Prefeitura de Belo Horizonte está enterrando mais um. O Córrego Gameleira, também conhecido como Córrego Avenida Várzea da Palma, está em processo avançado de canalização. O Gameleira é afluente do Izidoro, Bacia do Onça, e fica no bairro Leblon, na região de Venda Nova. A obra contraria a Deliberação Normativa 02 de 2004 do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), que proíbe esse tipo de intervenção nos cursos d'água do estado. Acontece que o Conselho de Meio Ambiente de Belo Horizonte (Comam) é autônomo, não segue as diretrizes do Copam e liberou a obra. Após reunião com parte da coordenação do Projeto Manuelzão e do Comitê da Bacia do Rio das Velhas, o secretário municipal de Meio Ambiente, Ronaldo Vasconcellos, prometeu que o Comam vai normatizar as canalizações. Na ocasião também foi pedida à prefeitura uma cópia da outorga para obra. A outorga, licença obrigatória para intervenção num curso da água, não existe. A prefeitura entende que o documento não é necessário para alguns tipos de obra. Se continuar assim...



No ano passado, tivemos o Bacuraus e o Engenho Nogueira. Apesar das críticas, a Prefeitura de Belo Horizonte continua a canalizar, agora na Avenida Várzea da Palma

"Eu pesco no seco"

ZÉLIA APARECIDA TRABALHA EM TERRA PARA QUE OS PESCADORES DE BARRA DO GUAICUÍ POSSAM TRABALHAR NA ÁGUA









"Eu num acho que eu vou ter muita coisa pra falar pra você não"

THAIS MARINHO Estudante de Comunicação Social UFMG

Será que tem jeito? Tem, ela responde. Meu barco não tá na água, mas a gente vai no barco do Conceição Cabiona. Ele é quem guarda os barcos aqui. E aí engata uma conversa. É, a Zélia conversa muito. Durante o passeio pelo Rio das Velhas e São Francisco, não faltou assunto. Era sobre algum conhecido que tava na margem do rio ou outro conhecido que tava dentro do rio pescando ou sobre os problemas de Barra do Guaicuí, onde ela mora. Esse assunto, então, atravessa toda a tarde de entrevistas. Mas já esperava por isso. Quando explico por telefone que a reportagem vai ser sobre ela, Zélia protesta: Sobre mim? Ah, mas eu acho que era melhor falar dos problemas dos pescadores aqui de Barra, não?

Zélia Aparecida é de uma família de agricultores de Barra do Guaicuí, distrito de Várzea da Palma, às margens do encontro do Velhas com o São Francisco. Aos 13 anos, foi para Belo Horizonte estudar e trabalhar para ajudar a família. Conseguiu mais trabalhar do que estudar. Ficou por lá oito anos. Quando voltou, trabalhou um tempo em Pirapora e aos 23 anos se casou. Foi aí que sua história com a pesca começou. Ela passou a ajudar o marido que era pescador. Zélia fala que é pescadora, mas não vive no rio. Tem muita coisa para fazer em terra.

ELA E OS OUTROS

Na casa do Conceição, antes de sairmos de barco, Zélia começa mais uma conversa. Com um sotaque, assim meio puxado pro baiano, fala sobre a liberação da pesca no Velhas. Fala com segurança. É mulher de opinião firme, contaram. E polêmica. "Ela não é de aceitar as coisas fácil, se for discutir uma coisa com ela, se aquela ali não é a visão dela, você vai ter que ter palavras mesmo pra convencer", conta o secretário do Conselho Comunitário de Desenvolvimento de Barra do Guaicuí, Walter Maciel. Mas acrescenta,

em tom de brincadeira: "agora, com os filhos, eu acho que ela chega a ser boa demais. Aquelas mães boas que os filhos chegam até a mandar nos pais". São três.

Esse é outro lado dela. A vice-presidente do Conselho e amiga, Márcia Viena, conta que, dia desses, Zélia foi rezar na casa de uma menina que estava com problemas familiares parecidos com os que ela anda enfrentando. A vizinha viu e adorou. "Ah, não Zélia, vem rezar lá em casa também por que eu tô precisando".

ELA E BARRA

Esse barco aqui do lado, o Conselho que conseguiu. O barco já atracava de novo na casa de Conceição Cabiona. Zélia resolveu mexer com o Conselho há uns três anos e meio. No início, conta a amiga e tesoureira do Conselho, Vilma Martins, foi mais pelos pescadores. "Inclusive, na época que nós pegamos o Conselho, os pescadores não faziam parte. Nós alteramos o estatuto e incluímos eles".

Zélia explica que foi o presidente da Colônia de Pescadores de Pirapora na época que convenceu as duas a mexer com algum movimento em Barra. *Mas mal sabia nós que o Conselho tava todo ferrado*. Fizeram bingos e shows de prêmios para conseguir dinheiro para pagar as dívidas. E o trabalho é todo voluntário. Hoje, já têm um telecentro e uma cozinha comunitária. Como presidente do Conselho, Zélia organizou a barqueada que marcou a chegada dos canoístas da Expedição pelo Velhas 2009 à foz do Rio.

Agora, elas querem criar uma Colônia de Pescadores para o distrito, já que os pescadores de Barra do Guaícuí estão ligados à Colônia de Pirapora, a uns 22 quilômetros de Barra. Aqui é muito bom. Eu quero morrer aqui. E se eu quero morrer aqui, eu tenho que melhorar o local onde eu moro, afirma Zélia. A colônia ainda é um projeto. Outro. De tantos. •

reciclar

mahmmon

re.ci.clar v.t. 1. Submeter a uma reciclagem. 2. Reaproveitar certos materiais (papel, metal, vidro).

vad Abastecer de noves; abastece

reduzir
re.du.zir v.t. 1. Tornar menor. 2. Diminuir as proporções

reutilizar

reutilizat
re.u.ti.li.zar v.t. 1. Tornar a utilizar. 2. Dar novo uso a.

Para contribuir com o meio ambiente, três palavrinhas bastam. E para cada uma delas, uma ação. Reduza o lixo que você produz diariamente e evite o desperdício. Reutilize os materiais usados no dia-a-dia, como garrafas e papéis de rascunho. Recicle os outros. Três verbetes que no dicionário podem não parecer muita coisa, mas para a natureza fazem toda a diferença. Reciclagem, coleta seletiva, separação de materiais, economia: você pode ajudar.

Mais informações: www.manuelzao.ufmg.br



